

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.878 - MG (2019/0300935-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : JUNIO HENRIQUE DA CRUZ CARDOSO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, de **Junio Henrique da Cruz Cardoso** contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, nos autos do HC n. 1.0000.19.092964-6/000, denegou a ordem, mantendo-o preso preventivamente pela suposta prática de conduta descrita no art. 37 da Lei de Drogas.

O recorrente alega, em síntese, que a prisão foi fundamentada na gravidade genérica do delito de tráfico de drogas, em motivos abstratos e considerações alheias ao fato concreto.

Salienta ser primário e, em caso de eventual condenação, terá direito à causa de diminuição do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta que além da prova de existência do crime e dos indícios suficientes de autoria, faz-se necessário que a liberdade do acusado coloque em risco a ordem pública, a ordem econômica, a eficaz aplicação da lei penal ou a regular produção de provas. A periculosidade presumida de todos os acusados de tráfico viola a garantia de presunção de inocência, pois a subtração do exame concreto e criterioso prejudica a situação jurídica do ora recorrente sem observar o valor de justiça.

Aduz estarem presentes os requisitos para concessão da liminar, motivo pelo qual pede a expedição de salvo conduto para que aguarde o julgamento do recurso em liberdade. No mérito, pede a confirmação da liminar e o provimento do recurso em definitivo (fls. 152/160).

É o relatório.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, entendo não assistir razão à insurgência, porquanto verifico idoneidade na manutenção da prisão preventiva. O Tribunal local manteve a prisão preventiva aos seguintes fundamentos (fls. 137/143 – grifo nosso):

Como dito, o paciente passou recentemente pela CEFLAG. Vejamos o que diz o Termo de Audiência de Custódia datado de 07 de março de 2019:

"(...) No caso em tela, o autuado é primário conforme verificado em sua CAC/FAC acostada aos autos. Ademais, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD que policiais realizavam operação para coibir práticas delitivas, quando avistaram um indivíduo que tentou evadir ao perceber a presença militar, porém foi detido e abordado pelos policiais. Durante as buscas pessoais foram encontradas na posse do indivíduo, identificado como o autuado, uma pistola da marca Taurus, carregada com 20 munições 9mm. Próximo ao local da abordagem foi localizado 02 munições calibre .38,21 pinos de cocaína, 77 pedras de crack, 14 buchas de maconha, 08 porções de maconha, 1 rádio comunicador e a quantia de R\$ 1345,00. Os entorpecentes arrecadados totalizaram 165,39g de maconha, 35,31g de cocaína e 28,98g de crack, quantidade e diversidade de droga que, aliada à apreensão das armas de fogo, revelam a gravidade concreta do delito. Insta salientar que, ao ser questionado quanto à procedência dos materiais arrecadados, o autuado assumiu a propriedade da droga e da arma de fogo e confessou a prática de tráfico de substâncias entorpecentes (...)"

No depoimento do paciente no APFD do caso em tela (documento eletrônico nº 02, fls. 11), verifica-se que ele confirma o delito que lhe é imputado e "assume envolvimento com o tráfico de drogas na 'SACRAMENTO' há alguns anos".

Como se vê, o paciente, ao menos em primeira análise, apresenta histórico recente de envolvimento com o tráfico de drogas e, nos dois casos, confessou sua atuação.

Assim, mesmo quando demonstradas eventuais condições pessoais favoráveis, estas não podem ser analisadas individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão processual.

Segundo o entendimento assentado nesta Corte Superior, a quantidade, a variedade e a natureza da droga apreendida podem servir para o Magistrado reconhecer a gravidade concreta da ação e a dedicação do agente a atividades criminosas, elementos capazes de justificar a necessidade da custódia preventiva para garantia da ordem pública (HC n. 466.654/PR, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 13/11/2018).

In casu, o acórdão recorrido menciona, além da variedade de drogas

Superior Tribunal de Justiça

apreendidas, a apreensão de arma, o que, somados à expressiva quantidade e variedade de drogas, bem como pela soma de dinheiro, autorizam a imposição da cautelar pessoal máxima.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Comunique-se.

Solicitem-se informações à origem, especificamente sobre o andamento da ação penal.

Com essas, vistas ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator